

Dossiê 5

As fontes de pesquisa para moda. Uma aproximação interdisciplinar e arquivista da história da moda: pesquisa e ensino.

DOI: 10.5965/25944630332019134

UMA REFLEXÃO ACERCA DOS FARDAMENTOS MILITARES FEMININOS: ENTRE O JUSTO DA CULTURA E AS CATEGORIAS ERGONÔMICAS DE CONFORTO

A reflection about female military uniforms: between the fair of culture and the ergonomic categories of comfort

Una reflexión sobre los uniformes militares femeninos: entre la feria de cultura y las categorías ergonómicas de confort

Flávia Zimmerle da Nóbrega Costa¹

Júlia Atroch de Queiroz²

Iris Fideliz da Silva³

1 Doutora em Administração | PROPAD - UFPE; Mestre em Gestão Empresarial | FBV; Especialista em Moda e Comunicação em Design de Moda | UAM. Docente na Graduação em Design – UFPE | CAA. Docente Permanente do PPGIC | UFPE. Docente Colaboradora dos Programas de Pós-Graduação: PROPAD | UFPE; PGCDs | UFRPE.
E-mail: flavi Zimmerle@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5484105489714622> | Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9210-7889>

2 Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social | UFRPE; Bacharel em Design | UFPE.
E-mail: julia.atroch@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1206569775934198> | Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5617-5227>

3 Graduanda em Design | UFPE.
E-mail: iris.deliz@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2953836369457479> | Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2746-3569>

Resumo

Os uniformes têm por função demarcar sentidos simbólicos e atividades laborais, além de proteger corpo do profissional, proporcionando bem-estar e auxiliando o seu desempenho. Sua adequação ao corpo depende de considerar suas dimensões e proporções, além de características do posto de trabalho, tais como os riscos próprios ao ambiente e a extensão e dinâmica dos movimentos da articulação motora exigidas pelas tarefas. Contudo, observamos que na Polícia Militar feminina, as calças são ajustadas e marcam as formas do corpo. Considerando as categorias do conforto para o vestuário. À luz do pensamento de Bourdieu, a questão nos levou a refletir acerca dos motivos e das possíveis consequências do desenvolvimento do gosto por tal estética, que nos parece ser pertinente ao país como um todo. Nossos resultados apontaram que o gosto, uma questão cultural, afeta e pode colocar em risco a segurança da usuária em sua atividade laboral.

Palavras-Chave: Fardamento Militar Feminino. Conforto. Gosto.

Abstract

The uniforms have the function of demarcating symbolic senses and work activities, besides protecting the body of the professional, providing well-being and helping their performance. Its adequacy to the body depends on its dimensions and proportions, as well as the characteristics of the workplace, such as the risks to the environment and the extension and dynamics of the movements of the motor articulation required by the tasks. However, we note that in the female military police, the pants are fitted and mark the body shape. Considering the categories of comfort for clothing, in the light of Bourdieu's thought, the question led us to reflect on the reasons and possible consequences of the development of taste for such aesthetics, which seems to us to be pertinent to the country as a whole. Our results indicated that taste, a cultural issue, affects and can endanger the safety of the user in her work activity.

Key-words: Women's Military Uniform. Comfort. Like.

Resumen

Los uniformes tienen la función de demarcar los sentidos simbólicos y las actividades laborales, además de proteger el cuerpo del profesional, proporcionar bienestar y ayudar a su desempeño. Su adecuación al cuerpo depende de sus dimensiones y proporciones, así como de las características del lugar de trabajo, como los riesgos para el medio ambiente y la extensión y dinámica de los movimientos de la articulación motora requeridos por las tareas. Sin embargo, notamos que en la policía militar femenina, los pantalones están ajustados y marcan la forma del cuerpo. Teniendo en cuenta las categorías de confort para la ropa, a la luz del pensamiento de Bourdieu, la pregunta nos llevó a reflexionar sobre las razones y las posibles consecuencias del desarrollo del gusto por tal estética, que nos parece pertinente al país en su conjunto. Nuestros resultados indicaron que el gusto, un problema cultural, afecta y puede poner en peligro la seguridad del usuario en su actividad laboral.

Palabras Clave: Uniforme militar femenino. Comodidad. Como.

1 INTRODUÇÃO

A partir de uma curiosidade empírica: o quão justo, em geral, são as calças do uniforme da Polícia Militar feminina, e considerando o nosso entendimento de que um uniforme precisa ser construído em adequação a um padrão de corpo e a uma atividade laboral, buscamos refletir acerca dos motivos e consequências dessa condição recorrentemente encontrada no cotidiano do país.

Em julho de 2016, a Polícia Militar de Pernambuco – PMPE apresentou para o Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecção – NTCPE as principais necessidades e expectativas relacionadas aos uniformes em uso pelos policiais, com o propósito de solicitar um apoio técnico-científico para a melhoria e regularização técnica desses produtos. A convite do NTCPE, tivemos a oportunidade de participar de algumas fases desse projeto, momento em que coletamos vários dados em reuniões estabelecidas com um grupo de policiais, então designados para nos acompanhar.

Na ocasião, coube ao nosso grupo de pesquisa produzir os padrões de modelagens dos uniformes femininos e masculinos que foram, posteriormente, confeccionados para esse pequeno grupo, bem como construídas suas fichas técnicas operacionais. Entendendo a modelagem como uma das etapas produtivas mais importantes para qualidade técnica do vestuário (SPPER; TEIXEIRA; COSTA, 2018), que precisa seguir critérios ergonômicos em relação às dimensões do corpo (SANTOS; REZENDE; ARAÚJO, 2014), estabelecemos três tabelas de medidas, formando um padrão a ser seguido, caracterizamos e contemplamos três tipos de corpos diferentes, e pensamos na mais ampla possibilidade combinatória dos elementos da modelagem para propiciarmos uma melhor adequação às diferenças de medidas corporais individuais.

O grupo de policiais encarregados de nos fornecer as informações e as medidas corporais iniciais foi constituído por oito homens e sete mulheres. Na ocasião, utilizamos a técnica da entrevista conversacional para entender como esses indivíduos consideravam sua experiência com o uniforme em uso (em termos de conforto), quais e como eram suas atividades laborais cotidianas, bem como quais as expectativas que tinham em relação ao novo padrão a ser desenvolvido. Segundo Godoi e Mattos (2006, p.304), esse é um tipo de entrevista livre, e “acontece em torno de um tema”, sendo que as perguntas surgem no curso natural da interação, bem como as reações por elas promovidas. Na ocasião, uma única usuária queixou-se do não atendimento ao conforto térmico, o que esperava, fosse resolvido como nossa intervenção.

No entanto, a riqueza da experiência empírica nos levou a várias indagações que ultrapassaram o problema do desenvolvimento das modelagens em si, sendo uma delas alvo dessa reflexão. Levantamos, por exemplo, que grande parte das policiais precisa adquirir peças produzidas para o corpo masculino e necessitam adequá-las para suas dimensões e proporções, uma vez que a versão feminina não é fabricada em todas as numerações. Assim, quando fazem suas próprias modificações no fardamento, verificamos que é comum o ajuste demasiado das peças ao corpo, e que tais ajustes são efetuados de modo caseiro. O fato nos preocupou, pois, assim efetuados, sofrem o grave risco de não contemplar os aspectos técnicos de qualidade e segurança, em geral atendidos pelos processos industriais de montagem.

Frente ao entendimento de que um uniforme deve ser projetado para responder aos fatores simbólicos e práticos do uso (DIAS, 2017; LURIE, 1997) e, L reconhecendo

que a proteção é elencada como um dos aspectos mais relevantes para esse tipo de vestuário, acreditamos que a análise de uma adequação ampla ao bem-estar desse usuário deve envolver o conforto em seus aspectos objetivos e subjetivos (ALENCAR; BOUERI, 2012; BROEGA; SILVA, 2010; DIAS, 2017; SPELIĆ; BOGDANIĆ; SAJATOVIĆ, 2018).

Sendo a segurança uma condição primordial para um uniforme adequado e o conforto classificado em quatro categorias: psicoestético; ergonômico; sensorial de “toque”, e termo fisiológico (ALENCAR; BOUERI, 2012; BROEGA; SILVA, 2010), supomos que a preferência comum por essa estética embasa-se na sobrevalorização do conforto psicoestético em detrimento do conforto ergonômico, pois essa nos parece ser uma questão de gosto, de ordem cultural, que existe associada ao bem-estar social dos usuários, ou nas palavras de Bourdieu (2007), é um *habitus*, pois se refere às disposições de agentes em reconhecer e acatar “as regras do jogo” no interior de um campo ou microcosmo social.

Partindo dessa suposição e entendendo que essa é uma condição que se reproduz em outros Estados brasileiros (Vide Fig. 1), as condições encontradas no campo empírico abriram um leque de questionamentos a partir da demanda de produção das modelagens e estabelecimento de especificações mais rígidas para a construção de um fardamento. Entendendo que o vestuário tem, principalmente, a função de proteção (BROEGA; SILVA, 2010), refletimos, por exemplo, até que ponto o ajuste excessivo dessas peças propicia ou coloca em risco a segurança dessa usuária? Se o vestuário deve ser pensado em relação aos critérios ergonômicos, principalmente em relação à função de uso, o que envolve materiais, o corpo e as atividades (SANTOS; REZENDE; ALENCAR, 2014), o conforto ergonômico, assim, diretamente comprometido é capaz de propiciar a eficiência no posto de trabalho?

O fazer projetual é pautado em critérios técnicos objetivos (ALENCAR; BOUERI, 2012) e não se recomenda privilegiar apenas a estética e a harmonia, mas contemplar o conforto total, ou seja, aperfeiçoar o desempenho em termos de conforto, mobilidade, caimento e segurança que tais artefatos oferecem (BROEGA; SILVA, 2010; SANTOS; RESENDE; ARAÚJO, 2014). Em nosso caso empírico, sendo o conforto psicoestético tão determinante para a usuária, como o designer deve enfrentar o desafio de propor novas condições de forma, aqui inversas ao padrão de uso e gosto, mesmo entendendo que essas sejam fundamentais para que o artefato cumpra suas funções de uso? A formação desse profissional tem auxiliado no desenvolvimento da sensibilidade para lidar com uma questão tão determinante como o gosto do usuário quando esse é avesso aos fundamentos teóricos? Na perspectiva do docente, não se torna fundamental trazer a experiência prática para sala de aula e, a partir de um estudo de caso, construir argumentos sólidos quando se trata de propor mudanças dessa ordem? Enfim, diante de nossas próprias dificuldades, como podemos melhor capacitar nossos discentes para propor soluções nesse tipo de processo?

Figura 1 – Imagens de Policiais fardadas em duas regiões do País



Fonte: Disponível em:
<<https://newsba.com.br/2017/11/30/policiais-militares-femininas-treinam-krav-maga/>> Acesso em: 07/09/2019.



Fonte: disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/em-agosto-202-policiais-militares-femininas-vaao-se-formar-em-santa-catarina/>> Acesso em: 07/09/2019.

Nesse artigo, concentramo-nos em refletir acerca dos motivos do gosto feminino por uma estética que se estende para roupas profissionais, à luz do pensamento de Bourdieu. Assim, essa pesquisa tem por objetivo geral compreender como uma questão cultural se estabelece e afeta a principal funcionalidade de um artefato. Como objetivos específicos, buscamos entender os dois conceitos primários e entrelaçados de Bourdieu: as teorias do *habitus* e do campo; analisar o corpo como o principal depositário de inscrições culturais; relacionar o conforto com os fatores objetivos e subjetivos do uso; e, por fim, estabelecer uma compreensão de como tal condição de gosto pode interferir na segurança da usuária.

2 DESENVOLVIMENTO

Essa seção de fundamento caminha da forma como nossa reflexão se construiu: apresentamos os sentidos e necessidades da produção de um fardamento; detemo-nos no caso particular dos uniformes femininos da Polícia Militar de Pernambuco; tratamos

da importância do corpo como construção cultural; e, por fim, trazemos os conceitos primários do pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu.

2.1 FARDAMENTO: SENTIDOS E NECESSIDADES

O uniforme pode ser projetado para assumir sentidos simbólicos. É um tipo de roupa que obedece e, portanto, expressa padrões e regras socialmente estabelecidos, representa valores e tradições de uma instituição ou de um grupo, indicando que seu usuário é parte de certa categorização funcional. Lurie (1997) analisa que, ao portá-lo, o indivíduo assume certo discurso oficial e, assim, deve abdicar do direito de agir por si mesmo, uma vez que é no uso que o portador incorpora, representa – transmite – qualidades e valores, tais como dignidade e confiança. Ressaltamos que, se por um lado, o uso do uniforme pode ser entendido como indicativo da participação do indivíduo em um grupo social, promove, portanto, o sentimento de pertença e gera representatividade; por outro, sob um olhar mais político, a “pretensa igualdade”, promovida por esse uso, pode ser analisada a partir de sua função de condicionar corpos, padronizar posturas, gestos, atitudes e comportamentos (BECK, 2015). Afinal, trata-se de imagem e uniformidade.

Contudo, o fardamento também deve ser fundamentalmente projetado para atender à sua função prática de uso. A questão é relevante para definir as condições em que acontece o exercício laboral, auxiliando a atingir resultados eficazes no cumprimento das tarefas. Garantir a proteção do usuário é uma das mais importantes funções do vestuário (BROEGA; SILVA, 2010), portanto, do uniforme e, para atendê-la, torna-se necessário respeitar as características físicas do portador, bem como considerar o ambiente e as especificidades das atividades do posto de trabalho. Dias (2017) analisa que a proteção dada pelo uniforme depende do uso constante e adequado, o que implica que o bem-estar propiciado por esse uso torne-se uma qualidade fundamental. Podemos entender esse bem-estar de forma ampla, como uma condição complexa que envolve aspectos objetivos e subjetivos do uso (BROEGA; SILVA, 2010; SPELIĆ; BOGDANIĆ; SAJATOVIC, 2018), ou seja, como uma questão de conforto. Este é definido como um “estado agradável de harmonia fisiológica, psicológica e física entre o ser humano e o ambiente” (BROEGA; SILVA, 2010, p.2).

Broega e Silva (2010) entendem que o conforto pode ser classificado em quatro categorias: conforto psicoestético; conforto ergonômico; conforto sensorial de “toque”, e o conforto termo fisiológico. O conforto psicoestético existe associado ao sentimento de bem-estar social dos usuários, estabelecendo-se, segundo os autores que os elementos estéticos do produto atendam ao modelo de comportamento vigente na sociedade à qual pertencem (DAS; ALAGIRUSAMY, 2011; BROEGA; SILVA, 2010). O conforto ergonômico se refere à liberdade de movimento e envolve indicadores, como as costuras, os cortes, a modelagem, o tipo e estrutura dos materiais utilizados (ALENCAR; BOUERI, 2012; DIAS, 2017). O conforto sensorial de toque se refere às respostas dadas pelo corpo aos estímulos emitidos pelos tecidos quando em contato com a pele, dependendo, portanto, diretamente das propriedades mecânicas do produto têxtil (MENEGUCCI, SANTOS FILHO, 2012). Por fim, o conforto térmico refere-se à capacidade de a roupa permitir e/ou proporcionar equilíbrio térmico ao corpo (DAS; ALAGIRUSAMY, 2011).

Dias (2017) salienta que, no processo de criação e produção de uniformes, cabe ao design preocupar-se com os fatores objetivos e subjetivos do uso. Assim, devem ser

consideradas as várias condições produtivas e a adequação de materiais e processos, pois essas visam a garantir a qualidade da peça e a segurança como propriedade ergonômica. A autora entende que tal propriedade inclui a preocupação com o ajuste da peça ao corpo estático – envolvendo o peso e caimento do tecido, o modelo e o corte escolhidos – e ao corpo dinâmico, abrangendo a flexibilidade, a elasticidade e o conforto.

Desse modo, sendo o fardamento representativo de um grupo ou instituição e uma ferramenta para o cumprimento adequado de uma função laboral, a sua confecção e uso devem seguir especificações rígidas (MARANEZI, 2017; BOTTINI, 2016; ALMEIDA, 2003).

2.2 O FARDAMENTO FEMININO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

De modo geral os fardamentos são rigidamente normalizados. No Brasil, as Forças Nacionais (policiais federais e estaduais) delegam a regulamentação desse artefato têxtil ao Ministério da Justiça, o qual determina, através do Decreto 5.289/2004, art. 10, inciso VII, que eles devem ser definidos “[...] de acordo com a legislação específica em vigor, os sinais exteriores de identificação e o uniforme dos servidores policiais mobilizados para atuar nas operações da Força Nacional de Segurança Pública” (BRASIL, 2004).

Apesar de a confecção e uso dos uniformes precisarem seguir especificações rígidas (MARANEZI, 2017; BOTTINI, 2016; ALMEIDA, 2003), e em Pernambuco serem regulamentados pelo Decreto nº 26.26/2003 (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2003), identificamos a inexistência de padrões femininos de modelagem para confecção do Uniforme Operacional e de Instrução do Batalhão de Polícia da Rádio Patrulha – Polícia Militar de Pernambuco. Contudo, notamos que, mesmo com a falta de uma padronagem para todas as numerações do corpo feminino, as peças, de modo geral, seguem certo padrão na forma: no cotidiano da cidade de Recife, constatamos que a Polícia Militar feminina adota, em especial, as calças do fardamento bastante ajustadas ao corpo, uma característica comum no país.

Partindo do entendimento de que as peças ajustadas marcam as formas do corpo feminino porque refletem uma prática cultural, analisamos o corpo como um objeto social de desejo e sedução, detentor histórico de marcas da cultura. Na próxima seção, indicamos como o corpo materializa temporalmente uma forma de beleza e informa, no interior de um campo de trabalho historicamente masculino (Batalhão da Polícia Militar), padrões culturais que evocam o que é ser feminina (GOLDENBERG, 2006; KLANOVICZ, 2008; LANA; CORRÊA; ROSA, 2012; MENDES; GONÇALVES, 2014; PERLIN; KISTMANN, 2018).

2.3 A CONSTRUÇÃO CULTURAL DO CORPO FEMININO NO BRASIL

O corpo é depositário de inscrições culturais, é produzido na e pela cultura; ser mulher e ser feminina são construções culturais (GOELLNER, 2007; KLANOVICZ, 2008). Lana, Corrêa e Rosa (2012) analisam que a condição perpassa por uma prova visual em que se demarcam e desvelam algumas partes do corpo, dentro de um campo de forças formador do rigoroso controle social do que se pode ou não ser mostrado. O uso do vestuário como parte de uma prática cultural reflete valores sociais vigentes e define o que é ou não é belo.

Para Mendes e Gonçalves (2014) os corpos, como objeto de desejo e sedução, são parte de um crescente erotismo tornado um valor atrelado à cultura brasileira; para os autores, essa é uma responsabilidade dos discursos midiáticos presentes principalmente nas novelas e na publicidade, tendo em vista seu poder de influenciar hábitos, estilo e gostos sociais.

Assim, no Brasil, o corpo feminino foi historicamente produzido associado à sensualidade, notando-se uma preferência em destacar, nesse corpo, as formas dos quadris e das nádegas (KLANOVICZ, 2008; LANA; et al., 2012). Goldenberg (2006) analisa que o gosto feminino pelas roupas passa não apenas pela valorização de partes de seu corpo, mas também pelo rejuvenescimento do mesmo e, especialmente no país, o corpo da mulher sofre um alto grau de controle social em relação à sua aparência. Segundo a autora, o corpo da brasileira deve ser cuidado, moldado e exibido, pois sua aparência jovem é um capital social no sentido de Pierre Bourdieu. Lana et al. (2012) corroboram com esse entendimento, quando analisam que, graças à histórica dominação de gênero em nossa cultura, o corpo feminino tem suportado um maior controle e exposição do que o corpo masculino. Para Perlin e Kistmann (2018), isso se deve a certa superioridade da condição masculina sobre a feminina estabelecida em nosso modelo de sociedade (patriarcal), difundindo uma visão classificatória e apoiadora de mecanismos de poder e diferenciação que se desvelam em relações e posições sociais historicamente determinadas.

Desse modo, a partir dos autores, podemos compreender que as roupas justas exalam uma ideia de sensualidade e jovialidade, indicam um corpo “bem cuidado”, marcando o que é ser feminina na cultura brasileira.

2.4 O CORPO COMO CAPITAL

O pensamento de Pierre Bourdieu, um importante sociólogo do século XX, propicia uma sólida base para compreensão de dinâmicas nos espaços sociais. Para Bourdieu (2007), todo fenômeno social provém da interação entre agentes e instituições e acontece sob uma lógica histórica de condicionantes estruturais.

Bourdieu toma como conceitos primários e entrelaçados as teorias do habitus e do campo (THIRY-CHERQUES, 2008). Enquanto o campo é o lócus de toda dinâmica social, um espaço de lutas entre grupos com posicionamentos diferentes, relativamente independentes e dirigidos por regras próprias (SETTON, 2002), o habitus se refere às disposições específicas de agentes em seu interior. O habitus: “[...] é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levou a agir de determinada forma em uma dada circunstância” (THIRY-CHERQUES, 2008, p.169). Setton (2002) avalia que tais disposições são estruturadas por partirem do campo social; e estruturantes, por constituírem esquemas de pensamento individuais e adquiridos pelas experiências práticas no agir cotidiano, numa troca permanente e recíproca entre os mundos objetivo e subjetivo das individualidades.

A valorização das formas e jovialidade do corpo da mulher brasileira é um fenômeno social passível de ser refletido à luz do pensamento de Bourdieu. A prática do gosto por um modo de vestir e a preferência de ressaltar formas do corpo são práticas sociais compartilhadas e reproduzidas, portanto podemos entender que refletem certos capitais culturais herdados e adquiridos, são habitus. Os grupos que compartilham o mesmo

habitus estão dispostos às mesmas condições de existência, suas práticas tornam-se classificáveis, produzem mecanismos de distinção influenciados por questões sociais e econômicas (THIRY-CHERQUES, 2008).

O habitus produz uma lógica a partir das interações, classificando-as e organizando-as. Ele condiciona nossa maneira de agir e determina o julgamento e as percepções sobre a vida e o mundo, é obtido por aprendizagem e funciona como um esquema para ação dos agentes (então produto de estruturas profundas) que, em determinado campo, reconhecem e reproduzem “as regras do jogo”. Assim, “percebemos, pensamos e agimos dentro da estreita liberdade dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupamos” (THIRY-CHERQUES, 2008, p.171).

O que conforma e indica o habitus é o campo (BOURDIEU, 2007). Esse é designado pelo espaço relacional, formado por “microcosmos sociais” com valores (capitais e cabedais), objetos e interesses específicos. Tal espaço é constituído por “relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem por um cabedal específico” (THIRY-CHERQUES, 2008, p.173).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A abordagem dessa pesquisa é de cunho qualitativo e insere-se no paradigma interpretativista (DENZIN; LINCOLN, 1994), uma vez que objetivamos a compreensão de um fenômeno social – entender como o gosto de mulheres por calças ajustadas pode interferir na segurança que um fardamento tem por função propiciar.

O método selecionado para coleta de dados foi a observação participante, em que o pesquisador “mantém uma relação direta com os interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa” (MINAYO, 1994, P.70). Essa técnica foi acompanhada da entrevista conversacional, seguindo as três condições essenciais indicadas por Godoi e Mattos (2006): deixar que o entrevistado se expresse livremente, que a ordem de perguntas não prejudique essa expressão, e que o pesquisador possa inserir novas questões nas oportunidades surgidas no contexto.

Para análise de dados, seguindo Gill (2002), utilizamos a análise de discurso para entender como as coisas foram ditas, considerando as pausas (silêncios) e também aquilo que não foi dito. Assim, produzimos essas leituras ao mesmo tempo em que estabelecíamos uma estreita comparação com a observação das peças (calças) vestidas pelas policiais, na ocasião fotografada.

Assim, nosso corpus foi formado por imagens fotográficas de policiais fardadas para o exercício de suas funções laborais, acompanhadas de sua livre expressão de fala acerca do conforto promovido por seu fardamento. Nossa coleta se deu em dois estágios: o primeiro com o grupo das sete policiais envolvidas no projeto de modelagem, e num segundo momento com cinco policiais atuantes no Agreste de Pernambuco, outra região do Estado, no intuito de estabelecer diferenças e/ou similaridades.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tanto na primeira coleta (7 entrevistadas) como na segunda (5 entrevistadas), buscamos relacionar a nossa observação acerca da peça vestida com o entendimento

de conforto da usuária. A percepção do conforto é sempre subjetiva (ALENCAR; BOU-ERI, 2012) e quando questionadas se as calças do fardamento eram confortáveis, 11 delas acreditam que sim, mas admitem que fizeram ajustes para adaptá-las ao corpo, conquistando esse conforto. Os trechos de fala abaixo ilustram a questão:

#PM4 - E em relação ao conforto, a calça sim, é confortável. Confeccionada como fardamento é confeccionada como utilização geral, né, tanto masculino como feminino, e nós feminino, nós ajustamos questão de tamanho, questão... Alguns pequenos ajustes não é nada extraordinário não. Só pequenos ajustes pra melhorar, na questão do conforto. Mas na questão do material, do modelo, tudo isso aí em si, é proporcional sim.

#PM7 - Com relação ao conforto da calça pra o serviço, a gente acha ideal por conta que é mais composta, questão de algum ajuste nós fazemos porque como nós somos femininas e a calça é feita num padrão só, aí às vezes a gente faz algum ajuste, questão de largura, tamanho, mas apenas detalhes, mas pra o serviço questão de locomoção é bem confortável e bem composta, quanto a isso a gente só tem a elogiar.

Acreditamos que o ajuste efetuado de modo caseiro e individualizado coloca em risco direto a segurança da usuária, pois além de não permitirem, por exemplo, movimentos que exijam uma maior flexibilidade e rapidez, já que o tecido não contém elástico; ainda, tais movimentos podem romper as costuras, deixando a pele exposta às condições por vezes não favoráveis do ambiente de atuação; isso ocorre tanto pelo material utilizado (qualidade de linhas, tipos de agulha etc.), como pelo próprio processo de junção das partes aplicadas às peças (como tamanho de pontos, máquinas e tipos de fechamento etc.).

Ainda na primeira fase de coleta, o conforto térmico foi citado por uma das respondentes. A policial se queixou de que o uniforme fazia muito calor no verão, ocasião em que se registram temperaturas elevadas na capital: entre 27 e 30 graus. Também, na prova das peças por nós construídas, ainda nessa fase, notamos certo desconforto velado entre o grupo de mulheres em relação às folgas pensadas para atender ao uso do uniforme. A Figura 2 apresenta a calça por nós construída.

Figura 2 – Modelagem proposta para a calça



Fonte: Autora, 2017.

Na segunda fase, uma das respondentes mostrou-se bastante insatisfeita com a nova remessa dos fardamentos e, quando questionada acerca do conforto ela comentou:

#PM12 - De certeza, são todas, todas, todas sem exceção, muito mal feitas. Certo! A gente não gostou, mudou o fardamento agora, o fardamento é novo e essas empresas credenciadas estavam fazendo, fizeram nas pressas fizeram de um jeito que a gente não gostou, de antemão é isso.

A respondente se referiu especificamente à questão de montagem do fardamento – as costuras e a má qualidade de apresentação da peça. O sentido da visão, responsável pela apreciação estética e harmonia, foi aqui privilegiado no quesito conforto, da mesma forma como ocorreu no trecho de fala da respondente PM7, quando a mesma cita que a peça é “bem composta”, portanto confortável. Nesse caso, a sensação de estar composto no ambiente laboral bem singular, uma vez que peça não desnuda o corpo (proteção, segurança), mas revela, ao marcar suas formas. Porém, marcar o corpo apresentou-se algo natural, é um gosto ou habitus, seguindo Bourdieu (2007). Embora, por contraste, vestir um uniforme seja assumir simbolicamente uma posição em que se abdica do direito de agir individualmente por questões profissionais, portanto, deveria ser discreto e sugerir convencionalidade (LURIE, 1997).

O privilégio, inferido dos aspectos sensoriais da visão para falar de conforto, nos confirma que essa importância tem suas bases sediadas na cultura. Como vimos, marcar o corpo é uma prática natural da mulher brasileira. Seguindo Goldenberg (2006, p.120), em nossa cultura o corpo tornou-se um capital. Ele é mais importante que a roupa, é ele quem entra e sai de moda, pois “a cultura da beleza e aparência física, a partir de determinadas práticas, transforma o corpo ‘natural’ em um corpo distintivo”. Esse capital é parte de uma racionalidade ou campo (discursos de sensualidade que designam o ser mulher e o ser feminina) que conforma o habitus – o gosto ou preferência por peças mais justas, que demarcam as partes valoradas do corpo.

Esse campo é composto de forças estruturadas e estruturantes, tais como a influência dos discursos da mídia e da moda, que corroboram e recorrentemente reforçam essa construção (MENDES; GONÇALVES, 2014), estruturando os capitais: social e cultural (o corpo saudável e bem cuidado) que, quando agregados às potencialidades do capital econômico (mercado e produtos), foram capazes de produzir capital simbólico (BOURDIEU, 2007) para esse espaço social. Assim, o campo relacional regulamenta uma estética: vincula o corpo da mulher à sensualidade e, por conseguinte, à feminilidade; esse é composto por muitas forças de atuação histórica. Para além da construção midiática, vale destacar o próprio estabelecimento da superioridade da expressão masculina em relação à feminina, numa forma social patriarcal, em que a mulher tornou-se um objeto de desejo (KLANOVICZ, 2008; LANA; et al., 2012; PERLIN; KISTMANN, 2018). Desse modo, a policial militar que convive num ambiente convencionalmente vinculado à força e à violência masculinas, demarca sua diferença, se afirma mulher, feminina e mostra-se “bem cuidada” por meio das peças ajustadas de seu uniforme.

Assim, as respondentes, tanto na primeira como na segunda fase da coleta, não relacionaram o conforto com os fatores ergonômicos que tratam das dimensões do corpo (SANTOS; REZENDE; ARAÚJO, 2014), ou das condições que os mesmos propiciam em termos de liberdade de movimentos (ALENCAR; BOUERI, 2012; DIAS, 2017). Como antecipamos, apenas na primeira fase mostraram desconforto com as folgas da calça que propomos. A Figura 1 (trecho de fala e imagem) a seguir ilustra esse entendimento.

Figura 3 – Respondente 8.



Fonte: Autora, 2019.

Assim, a calça ajustada ao corpo é considerada “bem confortável”, pois esse é o padrão da mulher feminina na nossa cultura. Trata-se, portanto, da priorização do conforto psicoestético, aqui tratado por Alencar e Boueri (2012) e Broega e Silva (2010).

Por fim, ainda na primeira fase do projeto, levantamos informações acerca das atividades laborais que essas policiais exercem em seu cotidiano. De acordo com suas respostas, são tarefas laborais rotineiras para um(a) policial as ações efetivas de policiamento nas ruas/vias públicas cotidianas, sejam essas feitas em viaturas, cavalos, ou mesmo a pé, quando não, à permanência em locais insalubres (presídios) ou em postos policiais desempenhando ocupações e assumindo posturas desconfortáveis. A exposição ao perigo, a necessidade de um rápido e/ou difícil deslocamento nos pareceu ser sempre iminentes em sua rotina.

Nesse sentido, embasados nos autores aqui utilizados, entendemos que a falta de uma preocupação com as especificações ergonômicas, ou ainda, com o conforto total (BROEGA; SILVA, 2010; SANTOS; RESENDE; ARAÚJO, 2014) só tende a acentuar a precarização, a desorganização e a eficiência do trabalho. De forma mais contundente, tais fatores ameaçam fortemente a saúde da profissional. As peças certamente comprometem a mobilidade, podem rasgar durante a atividade, possibilitando a exposição da pele aos riscos do ambiente, e até podem impedir o desempenho eficiente da atividade. O uso de uniformes específicos e adequados é imprescindível para a realização desse tipo de tarefa de forma eficiente e precisa (ALENCAR; BOUERI, 2012; BROEGA; SILVA, 2010; DIAS, 2017).

5 CONCLUSÕES

Nossa reflexão acerca da estética do Uniforme de Operações da Polícia Militar feminino em Pernambuco aponta que o mesmo carece de especificações rígidas em ter-

mos de propriedades ergonômicas para sua construção, o que reverbera numa forma do uso que coloca em risco a segurança da profissional. No momento em que a instituição não fornece os fardamentos adequados ao padrão de corpo feminino, possibilita que as condições culturais de gosto (aqui entendidas como conforto psicoestético) prevaleçam em relação às demais questões de conforto, e, quando não atendidas, minimizam as garantias de segurança para a usuária, colocando em risco sua mobilidade e a própria proteção de seu corpo no desempenho das atividades. Tal entendimento se deu à luz da teoria do habitus e do campo, dois conceitos entrelaçados do pensamento de Bourdieu que permitiram entender o gosto como uma questão histórico-cultural produzida numa forma social. A partir desse pensamento, entendemos como o corpo tornou-se um capital e relacionamos esse entendimento com os fatores objetivos e subjetivos do conforto do vestuário para o usuário.

Ainda, além das propriedades ergonômicas de uso discutidas, constatamos que os tecidos são grossos, duros, ásperos e não apresentam nenhum conforto térmico, nem permitem uma fácil mobilidade do corpo.

Por fim, analisamos que, como as policiais trabalham em um ambiente historicamente dominado pelo gênero masculino, ao menos em relação ao uniforme, sua presença nesse ambiente parece ainda não ter despertado na instituição a necessidade de adequação ao seu biótipo; apesar de a PMPE solicitar um apoio técnico-científico para a melhoria e regularização técnica desses produtos, na ocasião, a busca ainda se limitava à definição de padrões de construção mais rígidos, que garantissem a reprodução estética do fardamento em grande quantidade, efetuadas por qualquer fornecedor.

A ausência de um estudo e desenvolvimento ergonômico para seus uniformes certamente é responsável pela priorização do conforto psicoestético (o justo da cultura) em prol do conforto ergonômico, do conforto sensorial de toque e do conforto térmico no fardamento feminino (citado apenas uma vez), fatores que diariamente colocam em risco a segurança do próprio corpo da policial no exercício de sua atividade laboral.

Acreditamos que futuros estudos possam explorar um número maior de usuárias e assim entender com mais profundidade o gosto por essa estética, o entendimento do usuário acerca do conforto, bem como identificar e analisar concretamente os fatores de risco e as consequências desses no ambiente de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco – NTCPE pela parceria, apoio técnico e disponibilização de estrutura para realização da pesquisa. Agradecemos ainda as relevantes contribuições efetuadas pelos avaliadores dessa revista para melhoria do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C.; O.; C.; BOUERI, J. O conforto no vestuário: uma análise da relação entre conforto e moda. In: Colóquio de Moda, VIII, 2012, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: SENAI/CETIQT, 17 a 20 de setembro de 2012, p. 1-8.

ALMEIDA, A. J. Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852): a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. Anais do Museu Paulista. v. 8, n. 9, São Paulo, p. 77-147, 2003.

- BECK, D. Q. Uniformes escolares: delineando identidades de gênero. Revista HISTEDBR (On-Line), v. 14, n. 58, p. 136-150, 2015.
- BRASIL **Decreto nº 5289**, de 29 de novembro de 2004. Brasília, 2004.
- BROEGA, A. C.; SILVA; M. E. C. O Conforto Total do Vestuário: Design para os Cinco Sentidos. **Actas de Diseño**, v. 9, p. 59-64, 2010.
- BOTTINI, E. C. **Análise das Propriedades Têxteis dos Tecidos para Vestimenta Militar**. 2016. 84 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- DAS, A.; ALAGIRUSAMY, R. **Science in Clothing Comfort**. New Delhi: Woodhead Publishing, 2011.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.
- DIAS, S. F. P. **O fardamento na indústria: desenvolvimento do fardamento na empresa Celtejo**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Design de Vestuário e Têxtil) - Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, ESART, Castelo Branco, Portugal, 2017.
- GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BADEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, B. S, (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em Estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GOLDENBERG, M. O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-123, julho/dezembro, 2006.
- GOELLNER, Silvana V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Decreto nº 26.261, de 22 de dezembro de 2003**. Lex: Regulamento de Uniformes da Polícia Militar de Pernambuco. Recife, 2003.
- KLANOVICZ, L. R. F. Moda na saia justa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 20, n. 2, p. 183-2017, 2008.
- LANA, L. C. C.; CORRÊA, L. G.; ROSA, M.G. A cartilha da mulher adequada: ser piriquete e ser feminina no Esquadrão da Moda. **Contra Campo**. Niterói/ RJ, v. 24, n. 1, p. 120-139, 2012.
- LURIE, A. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MARANEZI, F. B. A moda e os uniformes e seu contexto comportamental: uma reflexão aos usos sociais e significados simbólicos. In: Congresso Internacional de História, VIII, 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá, 2017.
- MENDES, T. B.; GONÇALVES, M. Meta representação da sexualidade feminina nas mídias sociais digitais: universo das piriquetes nas telenovelas da Rede Globo. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, XIX, 2014, Vila Velha – ES. **Anais [...]**. Vila Velha, 2014.

MENEGUCCI, F.; SANTOS FILHO, A. G. Materiais Têxteis: uma discussão sobre os atributos táteis nos tecidos. In: Colóquio de Moda, 8, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Senai/Cetiqt, 2012.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 61-77.

PERLIN, R. L.; KISTMANN, V. B. A percepção da moda sem gênero na visão do público. **Estudos em Design**, (on-line), Rio de Janeiro: v. 26, n. 1, p. 5-28, 2018.

SANTOS, H. N. S.; REZENDE, E. J. C.; ARAÚJO, D. I. S. A influência do design no desenvolvimento de vestuário hospitalar para pacientes. **Estudos em Design**, on-line, Rio de Janeiro: v. 22, n. 2, p. 63-79, 2014.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Rev. Bras. Educ.** n. 20, Rio de Janeiro, p. 60-70, 2002.

SPELIĆ, I.; MIHELIC-BOGDANIĆ, A.; SAJATOVIĆ, A. H. **Standard Methods for Thermal Comfort Assessment of Clothing**. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis, 2018.

SPPER, S. L.; TEIXEIRA, F. G.; COSTA, T. N. Modelagem sob medida: parametrização do traçado de moldes básicos para calça feminina. **Design & Tecnologia**, v. 15, p. 96-109, 2018.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Métodos estruturalistas: pesquisas em ciência de gestão**. São Paulo: Atlas, 2008.

Recebido em: 04/09/2019

Aceito em: 19/09/2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/25944630332019134>